

Rolagem das dívidas e a cultura do calote

MAILSON DA NÓBREGA

Mais uma vez se promove a rolagem das dívidas dos Estados e municípios, sob o patrocínio do Congresso Nacional (a última ocorreu em 1987). Mais uma vez poderão ser reabertos bancos estaduais fechados pelo Banco Central. Em 1987, o argumento era o de preservar a legitimidade de governadores eleitos por voto direto. Agora, levanta-se a questão da governabilidade. Muda-se a justificativa, mas o objetivo é o mesmo: premiar a imprevidência.

Diz-se que os Estados e municípios não estavam pagando. Logo, o acordo é benéfico, pois pagarão algo. Por mais indulgentes que sejamos na avaliação do quadro político e das dificuldades dos governadores e prefeitos, o argumento busca justificar o injustificável. Antes pelo menos havia constrangimentos, como o bloqueio do acesso ao crédito das instituições financeiras oficiais.

A tragédia da rolagem já se tornou monótona. A cada quatro anos, emergem tesouros estaduais e municipais falidos e bancos estaduais quebrados. E sempre no ano de posse dos novos governadores, que salvo algumas exceções assumem enfrentando salários em atraso e dívidas vencidas. A rolagem e a reabertura dos bancos estaduais preparam o caminho para novos gastos, novas dívidas, nova desestruturação dos bancos e, no final, nova rolagem, nova reabertura dos bancos.



O que deve causar perplexidade não é a repetição desse cenário macabro, mas o estranho poder dos governadores e de suas bancadas no Congresso Nacional. Não se trata da clássica negociação em torno de idéias e programas, mas de um autêntico poder de chantagem perante um Executivo politicamente fraco. No caso presente, o governo não teve alternativa: ou a rolagem ou a rejeição do pacote tributário. Ou cedia ou destruiria seu programa econômico.

Na mente da maioria dos políticos, é possível extrair da União recursos e concessões a perder de vista. Tarefa fácil no Congresso Nacional é formar coalizões contra o Tesouro Nacional, em benefício dos Estados e municípios. A nova Constituição é a suprema demonstração desse conluio. Poucos percebem que a conta é paga com mais tributos e inflação, atingindo em maior escala as classes menos favorecidas.

Tão grave quanto a destruição causada por esses acordos de rolagem é a consolidação alarmante de uma cultura de calote. A moratória barulhenta e confrontacionista da dívida externa em 1987 parece ter sido um marco nesse processo autofágico. Sinais de que os Estados e municípios usavam o argumento da moratória externa para não honrar suas dívidas já apareceram naquele mesmo ano. Em 1988, o calote virou mandamento constitucional, com a anistia de dívidas privadas de agricultores e pequenas empresas, patrocinada com orgulho cívico por três parlamentares, entre eles o atual líder do governo na Câmara dos Deputados, Humberto Souto. O Plano Collor ampliou essa desgraça, ao expor-

primar, via subcorreção monetária dos títulos públicos, parcela expressiva da poupança privada.

Seguidas são as demonstrações de que vale a pena gastar além da conta e endividar-se fora dos limites da prudência. Depois vem a rolagem e com certeza a abertura de espaço para maiores gastos e novo endividamento, como acontecerá novamente desta vez. Quem administra bem passa por trouxa e, máxima ironia, corre o risco de ser punido por seus eleitores por ter seguido regras de comedimento na aplicação do dinheiro público.

A rolagem prevê que os Estados e municípios vincularão suas receitas ao pagamento

das dívidas. Se não pagarem, estará desfeito o acordo. Pura utopia, pois na cultura do calote garantias também não valem, como atesta a história recente. São inúmeros os exemplos de governadores que chantageiam a União quando esta exerce o direito de bloquear parte das receitas dos Estados para ressarcir-se de seus créditos. Deixam de pagar professores, cortam o suprimento de recursos para a polícia e assim por diante, criando um clima de revolta contra as autoridades federais, a mobilização das suas bancadas no Congresso e a ordem de suspensão do bloqueio. É difícil imaginar que isso não ocorra novamente.

Não é remoto o risco de a sociedade, cansada, aderir a essa cultura, devolvendo ao setor público, na mesma moeda, o tratamento indigno a que vem sendo submetida pelo Estado. Já se vêem empresários, premidos pelas dificuldades e pela desconfiança, declarar publicamente sua decisão de suspender o pagamento de tributos, numa perigosa atitude de desobediência civil.

Todos gostaríamos de assistir agora à última das rolagens e das reaberturas de bancos estaduais, mas por certo o derradeiro ato desse drama ainda está por vir. Somente a conscientização da sociedade e sua melhor organização política constituirão o antídoto para a orgia do gasto público inconsequente e para a repetição desses acordos. Se o próximo governo não dispuser de base parlamentar, preparemo-nos para rever a cena em 1995.

■ Mailson da Nóbrega, consultor, foi ministro da Fazenda no governo José Sarney.

